

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.403 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2001



Os senadores da CAE vão discutir com representantes do Executivo o projeto que estimula industrialização da capital do Amapá

Comissão debate incentivo a indústrias em Macapá

Representantes do Executivo debatem amanhã com os senadores projeto de José Sarney que estende à Área de Livre Comércio de Macapá os incentivos concedidos à Zona Franca de Manaus. A audiência pública ocorrerá a partir das 17h na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PÁGINA 3

Senado poderá se autoconvocar

Exame de projetos como a correção da tabela do Imposto de Renda e o limite à imunidade parlamentar justifica trabalho extra

A possibilidade que o Senado se autoconvoque no período destinado ao recesso de final de ano para votar matérias importantes – como a correção da tabela do Imposto de Renda e o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns – foi defendida na sexta-feira pelo presidente da Casa, Ramez Tebet. Em caso de autoconvocação, não há pagamento de salário extra aos parlamentares. O projeto que corrige as alíquotas do Imposto de Renda das pessoas físicas, de autoria do senador Paulo Hartung, já foi aprovado pelo Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados, de onde retornará ao exame dos senadores se sofrer modificação.



Paulo Hartung apresentou em 2000 o projeto sobre revisão das tabelas do IR, que já foi aprovado em comissão da Câmara

PÁGINA 2



Emilia pediu audiência pública por considerar polêmico o ingresso de capital estrangeiro na TV a cabo

Emilia propõe audiência pública sobre capital estrangeiro na TV a cabo

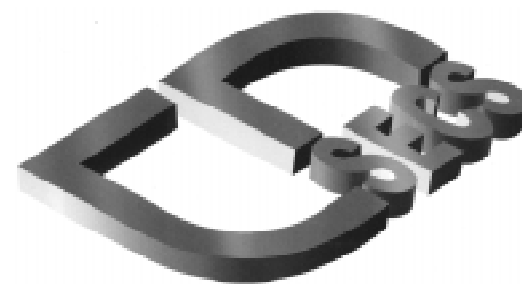
Requerimento para realização do debate deve ser discutido amanhã pela Comissão de Educação.

PÁGINA 3

Senadores analisam greves e situação salarial do servidor

Os movimentos grevistas e a situação salarial dos funcionários públicos têm gerado diversas manifestações de senadores. Carlos Wilson criticou o comportamento do governo em relação à greve nas universidades federais. Ricardo Santos apresentou projeto incluindo a Previdência na categoria de serviços essenciais, de forma que, em caso de greve, seja garantido o atendimento das necessidades inadiáveis da população. E Mauro Miranda apoiou reivindicação dos engenheiros agrônomos do Incra.

PÁGINA 5



COMUNICAÇÃO SOCIAL

Integração de mídias amplia transparência do trabalho legislativo

PÁGINAS 4 E 5

Começa hoje a inscrição para o concurso de consultor legislativo e de orçamentos

PÁGINAS 6 E 7

Tebet admite autoconvocação do Senado neste final de ano

Votação de matérias prioritárias como a correção da tabela do Imposto de Renda e o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns pode justificar trabalho extraordinário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu na sexta-feira a possibilidade de convocar a Casa para votar matérias que considere prioritárias, como a correção da tabela do Imposto de Renda e o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns. Em caso de autoconvocação, não há pagamento de salário extra aos parlamentares. "Nossa vontade de votar as coisas de interesse do país é de tal ordem que, se for questão de quatro ou cinco sessões, eu convoco o Senado", assinalou.

De acordo com a Constituição, em caso de urgência ou interesse público relevante, o Congresso Nacional pode ser convocado pelos

presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Também têm essa prerrogativa o presidente da República e a maioria dos membros de ambas as Casas, que formalizariam a intenção de convocar o Congresso.

Tebet prevê uma pauta agitada para esta semana. Estão aguardando votação o Orçamento da União para 2002 e o pacote referente às greves no funcionalismo público. "Essa medida provisória sobre as greves vai redundar em muita discussão devido ao clima emocional em que está envolvida. Precisa ser examinada com toda cautela e a partir de um debate profundo", avaliou.



Ramez Tebet prevê pauta agitada para esta semana, com exame da LDO e do pacote sobre greves no funcionalismo público

Senador quer revisão da tabela, sem aumentar carga tributária

"Arrecadar mais é uma forma de equilibrar as finanças e de permitir ao Poder Público o cumprimento de suas obrigações, mas o bom senso, mais do que a macroeconomia, impõe limites à tributação." A opinião é do presidente do Senado, Ramez Tebet, que defende a revisão da atual tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas, inalterada desde 1996, mas sem elevação da carga tributária para os cidadãos.

Em entrevista à Agência Senado, Tebet argumentou que o país convive com uma tributação no patamar dos 33% do Produto Interno Bruto (PIB), "excessiva para a condução de uma nação submetida às regras do mercado".

Tebet lembrou que o projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda é de autoria de Paulo Hartung (PSB-ES) e, após ter sido aprovado pelo Senado, foi encaminhado à Câmara. Segundo Tebet, não

está definido se a matéria volta ao Senado – o que ocorreria caso fosse modificada pelos deputados. Ele disse ainda que a correção da tabela – que não ocorre há seis anos – deveria atender aos interesses dos trabalhadores.

Conforme Tebet, a inflação que o governo tanto combateu está mais uma vez agindo contra o trabalhador, exatamente devido ao congelamento das tabelas do Imposto de Renda: enquanto essas tabelas não sofreram atualização nos últimos cinco anos, a inflação oficial vai alcançar 35,3% (até o final de 2001).

A preocupação com a questão do Imposto de Renda em nada colide com o exercício da Presidência do Senado, segundo Tebet, pois "a característica de magistratura de que se reveste o comando do Poder Legislativo não me impede de falar quando ao Parlamento cabe decidir sobre temas que impactam de forma direta a sociedade".

Paulo Hartung tenta fazer mudança no IR desde 2000

Toda lei que altere o sistema tributário vigente precisa ser aprovada no ano anterior àquele em que começará a ser aplicada. Assim, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) apresentou no ano de 2000 o projeto de lei que corrige as alíquotas de Imposto de Renda das pessoas físicas para que as modificações surtisses efeito já neste ano de 2001. Como a matéria não foi apreciada dentro do prazo necessário, a modificação só poderá ocorrer para o ano de 2002.

O senador percebeu que a tabela do Imposto de Renda não foi corrigida desde 1995, mesmo que dentro desse mesmo período tenham ocorrido variações inflacionárias e monetárias.

– Isso resulta numa tributação disfarçada, por omissão legislativa, no equivalente à desatualização monetária, ou perda do poder aquisitivo no período – alerta.

A principal modificação sugerida pelo senador refere-se à faixa de isenção, que hoje está em R\$ 900, para o valor de R\$ 1.155,65. As outras faixas, cujas alíquotas são de 15%, 25% e 27,5% de desconto, também são alteradas pela proposta.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em dezembro de 2000, seguindo para a Câmara em fevereiro de 2001. No último dia 7, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação daquela Casa aprovou o texto do senador, com a correção de 35,29% dos valores inicialmente propostos. A matéria ainda precisa ser apreciada pelo Plenário da Câmara, o que pode acontecer já nesta semana, e depois pode retornar ao Senado. O governo anunciou que apresentará proposta alternativa, para evitar queda significativa na arrecadação.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2001

Hoje
14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO
PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: projeto que trata da indicação de edulcorantes na embalagem de produtos dietéticos e similares; entre outros.

Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: projeto que dispõe sobre a nova lei de combate ao tráfico de entorpecentes; entre outros.

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: emenda constitucional que autoriza os profissionais de saúde a acumularem cargos públicos; entre outros.

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição do presidente da Caixa Econômica Federal acerca da Política de Financiamento da Casa Própria
17h – audiência pública para ouvir representantes do Executivo sobre projeto que estende à área de livre comércio de Macapá (AP) os incentivos concedidos à Zona Franca de Manaus..

11h30 – Comissão de Educação
Pauta: projeto que destina 5% do preço de bilheteria de filme estrangeiro para o financiamento de filmes brasileiros; entre outros.

14h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: projeto que institui regras para a utilização de fontes energéticas alternativas; entre outros.

14h30 – Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização
Pauta: apreciação de relatórios apresentados.

Quarta-feira
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: audiência pública para discutir o acesso à biodiversidade. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: emenda que trata da reforma do Judiciário; entre outras.

18h – Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: eleição do presidente.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão debate capital estrangeiro na TV a cabo

A Comissão de Educação (CE) discute amanhã, às 11h30, requerimento da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) propondo a realização de uma audiência pública destinada a instruir projeto que autoriza a participação estrangeira no capital de prestadora de serviço de TV a cabo. Emilia defende a audiência pública por considerar o tema extremamente polêmico.

A proposição visa, segundo o autor, senador licenciado Ney Suassuna (PMDB-PB), uniformizar o tratamento legal do serviço de TV a cabo com aquele dado aos demais serviços de telecomunicações

para garantir condições de capitalização e competitividade.

CIDADANIA

Na mesma reunião, será examinado projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que inclui a disciplina Direito da Cidadania no currículo do ensino médio e projeto do então senador Luiz Estevão, que determina que 5% do preço de bilheteria de filme estrangeiro seja destinado a financiar o cinema nacional. A comissão analisa ainda projetos de decreto legislativo que tratam de concessões e permissões de serviços de radiodifusão.

Brasil pode duplicar safra com rapidez, afirma Lobão

O Brasil tem todas as condições para chegar rapidamente a patamar entre 150 milhões e 200 milhões de toneladas de grãos, revolucionando a sua produção agrícola. Para isso, necessita apenas de liderança e de incentivos, disse na sexta-feira, em discurso no Plenário, o senador Edison Lobão (PFL-MA), ao citar o Maranhão como o mais destacado exemplo de salto no desempenho da agricultura no país.

Segundo Lobão, há alguns anos, um secretário de Estado norte-americano teria comentado que o Brasil não ameaçava a concorrência da soja do seu país, em razão dos altos custos registrados na produção da soja brasileira, basicamente pela deficiência dos portos e da inexistência de ferrovias. O Maranhão, ao longo dos últimos anos, vem mostrando que esses obstáculos não mais existem para o aumento da competitividade da soja brasileira.

— O Maranhão dispõe hoje, em Itaqui, de um dos melhores portos do país, e o único capaz de receber um navio graneleiro de 365 mil toneladas, como vem ocorrendo, o que permite o transporte de grande quantidade de produtos brasileiros diretamente para o porto de Roterdã, na Holanda, a custos mais baixos — afirmou o senador.



Edison Lobão prevê produção de até 200 milhões de toneladas de grãos, se houver mais incentivos

A soja que escoar pelo Maranhão chega ao mercado internacional a um custo inferior em US\$ 10 dólares ao de qualquer outro porto do Brasil, disse o senador.

ESTAGNAÇÃO

Edison Lobão enalteceu o esforço feito pelo país para chegar ao atual patamar da produção agrícola, de 98 milhões de toneladas de grãos, após muitos anos estagnado nos níveis de 78 milhões a 80 milhões de toneladas.

A Argentina, lembrou o senador, em apenas uma década dobrou sua produção de 10 milhões para 20 milhões, fato que deixava o Brasil numa situação desconfortável, em se tratando de um país com tanta disponibilidade de terras agricultáveis e com uma população de 170 milhões de habitantes.

Plenário decide amanhã sobre gratuidade do DNA

Projeto já aprovado pelos deputados isenta de pagamento pessoa pobre que ingressar na Justiça com ação de reconhecimento de paternidade

Os senadores voltam a discutir amanhã o projeto que isenta de qualquer pagamento a pessoa pobre que entrar na Justiça com ação de reconhecimento de paternidade. Até o exame de DNA, de custo elevado, será gratuito, caso o possível pai não esteja admitindo a paternidade e o juiz entenda ser necessário o exame.

A proposta conta com parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que não aceitou emendas para evitar que o projeto volte à análise dos deputados, caso seja aprovado pelos senado-

res. Na última quarta-feira, a matéria esteve em discussão, tendo os líderes governistas argumentado que o projeto não é claro sobre quem vai pagar o exame de DNA — a Justiça ou o Executivo. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) recomendou que o Senado não vote a matéria, à espera de uma proposta ampla sobre exames de DNA. Sebastião Rocha admite reexaminar



O relator, Sebastião Rocha, rejeitou as emendas apresentadas à matéria

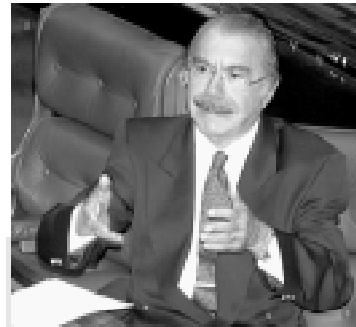
seu parecer, para deixar claro quem deve pagar o exame.

CAE discute concessão de incentivo à Área de Livre Comércio de Macapá

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) ouviu amanhã, em audiência pública, a partir das 17h, representantes do Executivo sobre projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que estende à Área de Livre Comércio de Macapá (AP) os incentivos concedidos à Zona Franca de Manaus.

O objetivo é permitir que indústrias também se instalem na capital do Amapá e possam vender seus produtos sem pagar Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ou Imposto de Importação, como acontece em Manaus.

Macapá e o vizinho município de Santana formam uma área de livre comércio desde 1991, ou seja, podem importar sem pagar impostos. Há inclusive um movimento



Pelo projeto de Sarney, indústrias em Macapá teriam isenções como na Zona Franca de Manaus

de "sacoleiros" da Amazônia que se dirigem ao Amapá para sua compra, hoje limitadas a US\$ 200 por pessoa, uma vez ao mês.

O senador José Sarney apresentou o projeto em 1999, argumentando que o fraco desempenho da

Jari Celulose, o progressivo esgotamento da exploração de manganês e a limitação do valor de compras dos sacoleiros exigem uma mudança no modelo econômico do Amapá.

A audiência foi proposta pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) e estão convidados representantes dos ministros da Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; das Relações Exteriores; e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A CAE também ouviu amanhã exposição do presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carrazzi Sobrinho, sobre o recente anúncio de que a CEF irá modificar os limites de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação.

Requião destaca importância do Mercosul diante das crises

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), que participou da VI Reunião Interparlamentar do Parlamento Europeu e da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul — da qual é presidente —, em Estrasburgo, na França, registrou, em discurso naquele encontro, alguns pontos da história recente da integração no Mercosul e ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos países membros.

Ele declarou que as segundas crises provocadas pelo modelo

econômico mundial só fazem acentuar a opção do Brasil pelo aprofundamento da integração regional. Na avaliação do senador, a parceria com a Argentina deve ser privilegiada.

Requião criticou a política de subsídios praticada pelos Estados Unidos que, segundo ele, pode levar à falência as negociações para a Área de Livre Comércio das Américas, ponto também sensível das relações entre o Mercosul e a União Europeia. O senador finalizou o pronun-



Roberto Requião é presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

ciamento no Parlamento Europeu reforçando a disposição do Brasil e do Mercosul, incluindo sua Comissão Parlamentar Conjunta, para avançar nas negociações.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Senado une mídias para ampliar transparência

Integrar os meios de comunicação social do Senado, vinculando texto, imagem, áudio e vídeo, é o principal plano em execução na Casa para assegurar, a partir de agora, maior visibilidade ao trabalho dos senadores. Conduzido pela Secretaria de Comunicação Social, com a colaboração do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), o projeto cria um banco de dados que une todas as mídias da Casa, para obter um resultado instantâneo e transparente em benefício do público.

Conforme essa proposta, quando um senador apresentar projeto, quem acessar a Internet terá conhecimento imediato dessa informação no *site* da Agência Senado, vendo-a na TV Senado, ouvindo-a na Rádio Senado e lendo-a no Tempo Real, podendo ainda obtê-la no *Jornal do Senado*, no dia seguinte. Com isso, o público vai poder conhecer o fato na Internet e ter, ao mesmo tempo, o

áudio e o vídeo vinculados à notícia.

Nesse projeto está também o serviço Imagem & Ação, um *clipping* eletrônico que traz notícias sobre os senadores divulgadas nos principais jornais do país, distinguindo mais facilmente de onde vêm as matérias. Nesse serviço, o senador disporá de um *link* que lhe dará a opção de comentar a notícia divulgada a seu respeito, acrescentando-lhe, caso queira, novas informações, num inédito sistema de interação com a sociedade.

O mesmo serviço Imagem & Ação oferece um verdadeiro *clipping on line*. Ele fornece, praticamente em tempo real, acesso a um resumo de cada notícia sobre os senadores, difundida nos principais meios de comunicação do país em suas versões na Internet. No mesmo serviço, o internauta encontrará todas as notícias publicadas pelo *Jornal do Senado*, que divulga o que fazem os senadores e o que decide a Casa.

Banco de dados único oferece texto, áudio e vídeo pela Internet

O Programa de Integração das Mídias de Comunicação Social do Senado (SIM) propiciará, para os veículos de comunicação da Casa, um banco de dados único, que permitirá a quem navega na Internet ler uma notícia divulgada pela Agência Senado, obtendo simultaneamente o áudio e o vídeo vinculados a essa matéria. Isso consiste na integração da mídia escrita, falada e eletrônica, em benefício da transparência dos trabalhos do Senado.

O programa permitirá que se faça uma pesquisa de texto a respeito de qualquer matéria num grande acervo de notícias. Possibilitará também, a quem se cadastrar, receber, por *e-mail*, notícia a respeito de qual-

quer senador e do que a instituição está deliberando. Com isso, no momento em que for feita uma matéria, independentemente do veículo que a produziu (Rádio, Agência, TV ou serviço de Tempo Real), o usuário a receberá automaticamente.

Nesse sistema, vai haver também um serviço de busca da notícia. O internauta que digitar uma palavra-chave ou data relativa a um senador ou projeto receberá a informação imediatamente, sem ter que procurá-la num banco de dados gigantesco. Por exemplo, se digitar o nome de um parlamentar e a expressão "Imposto de Renda", encontrará tudo que o parlamentar falou ou legislou sobre esse tributo.



Agência agiliza acesso e ganha novo visual

Quando um grupo de senadores da Amazônia se reunir para debate na TV Senado, os meios de comunicação daquela região terão imediato conhecimento do fato e, pela Internet, assistirão ao encontro em tempo real. Esse exemplo ilustra o novo perfil da Agência Senado, que se caracterizará agora por maior rapidez de acesso, além de exibir um visual mais simples e agradável, conseguido com uma delicada e suave combinação de tons azuis.

Para que o computador não de-

more a carregar, as fotos expostas terão tamanho menor e a prioridade será dada aos textos. O mais importante será o conteúdo e a precisão da informação, com o objetivo de garantir maior visibilidade à atuação dos senadores.

Tecnicamente, esse veículo está também sendo adequado para disparar *e-mails* com informações para internautas cadastrados a recebê-los. Outra possibilidade que está sendo trabalhada consiste na oferta de notícias em tempo real não só pela Agência Senado,

mas também pela TV Senado e pela Rádio Senado.

O objetivo da Secretaria de Comunicação Social (Secs) é que, no futuro, cada veículo (Rádio Senado, TV Senado e Agência Senado) remeta também automaticamente aos meios de comunicação da sua área avisos de pauta. Tudo no objetivo de atender o público, mas também os jornalistas que cobrem o Legislativo. No projeto da Secs, ser um serviço de utilidade pública é o objetivo máximo do Portal do Senado na Internet.

Jornalistas receberão avisos de pauta

A partir desta semana, todos os repórteres que cobrem o Senado, editores de política, chefes de reportagem e pauteiros em geral receberão, ao longo do dia, por *e-mail*, dicas de pauta. Serão avisos de que determinadas reuniões, deliberações, entrevistas ou votações estão prestes a acontecer no Plenário, comissões, lideranças e outros locais do Senado.

Hoje, para saber o que está prestes a ocorrer na Casa, o profissional de imprensa precisa acessar o Portal do Senado na Internet e

clicar o *site* da Agência. Com o novo serviço, ele receberá um *e-mail* dizendo, por exemplo, que a CPI do Futebol se reunirá dentro de duas horas para tomar o depoimento de um convocado.

O serviço que será inaugurado hoje propiciará a esse profissional receber a notícia por *e-mail*, sem precisar procurá-la. Se quiser mais informações sobre a pauta, ele poderá visitar o *site* da Agência Senado a fim de obtê-las.

Com a mudança, o repórter que cobre o Legislativo, além de rece-

ber essa informação no *laptop*, vai ter acesso à pauta também por escrito, pois ela será distribuída no Comitê de Imprensa, trazendo no pé o aviso de que mais informação sobre o assunto poderá ser obtida no *site* www.senado.gov.br.

A idéia da Secretaria de Comunicação Social é difundir esse *site*, ampliando sua leitura, a fim de transformá-la num hábito dos jornalistas e do leitor que navegue na Internet interessado em saber o que se passa no Parlamento.

Imagem & Ação aproxima senadores e internautas

O Portal do Senado na Internet acaba de inaugurar o Imagem & Ação, um serviço que substitui o Senadores na Mídia e que dará ao internauta acesso a comentários feitos pelos próprios parlamentares a respeito das notícias veiculadas sobre eles. É um serviço de utilidade para senadores, funcionários da Casa e público externo que se interessar pelo Legislativo.

No Imagem & Ação, estão abrigados três *clippings*. No primeiro, chamado Do Senado, estão todas as

notícias do *Jornal do Senado*, que resume todos os acontecimentos da Casa, como votações no Plenário e nas comissões, discursos, apresentações de pareceres e debates sobre o que está sujeito a deliberação. O mesmo jornal chega diariamente à casa dos senadores e é distribuído em todo o país.

Na segunda seção, chamada Do Dia, o usuário da Internet tem acesso a um *clipping* com todas as notícias sobre os senadores divulgadas pelos dez maiores jornais do

país e mais facilidade em saber a origem da notícia. Brevemente, o senador terá a opção de comentar essa notícia, acrescentando-lhe informações, discordando do seu teor ou valorizando um fato que, em sua opinião, foi negligenciado por quem a escreveu. Vai ser uma Nota do Senador (NdoS), parafraseando a Nota da Redação (NdaR) habitualmente utilizada pelos jornais.

O terceiro serviço oferecido é um verdadeiro *clipping on line*. Chama-se Agora e oferece, praticamente em



tempo real, acesso a um resumo de cada notícia relativa aos senadores que está sendo veiculada naquele instante, nos principais jornais e revistas, em suas versões na Internet. Se quiserem, senadores, assessores e o público poderão, com um clique, visitar o endereço de onde se origina a notícia, para lê-la na íntegra.

Outra idéia da Secretaria de Comunicação Social é, no futuro, criar uma seção com todas as notícias publicadas sobre os senadores nos estados que representam. Será um *clipping* mais concentrado na mídia de sua região para que, em Brasília, ele se mantenha informado sobre o que a imprensa regional diz.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Tebet anuncia estréia do "Canal do Município"

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anuncia nesta quarta-feira a estréia do *Canal do Município*, programa resultante de um trabalho conjunto da TV Senado com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), destinado a ajudar as administrações municipais a modernizar-se e a promover a cidadania.

A série vai ao ar na próxima sexta-feira com o programa *Município Legal*, que orientará as prefeituras na busca de recursos federais sem depender da intermediação de lobistas, dos quais muitos administradores são vítimas.

Na opinião do presidente do Senado, "qualquer solução de resgate da dívida social do país passa pela modernização dos municípios". Afirmando que todos os senadores estão empenhados em legislar para viabilizar melhores condições de vida para o povo, ele observou que, com o programa, a ação do Senado vai longe, pois contribuirá para a modernização administrativa.

Município Legal vai detalhar para os administradores municipais o Manual de Obtenção de Recursos junto ao governo federal

sem intermediários, obra editada pelo ILB e com tiragem esgotada. As explicações sobre o manual estão contidas num único programa, numa linguagem fácil de ser entendida por quem quer que administre recursos municipais. Nessa série, especialistas no assunto esclarecem sobre como obter recursos federais, já que, freqüentemente, o prefeito nem sabe que podem ser pleiteados pelo município.

Em fevereiro, entra no ar o segundo programa da série, dirigido à formação de cidadania. Será um programa de Educação à Distância, com aula sobre orçamento, processo legislativo e Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse curso será monitorado e avaliado pelo ILB, que fornecerá certificado.

O terceiro programa trará debates entre senadores, prefeitos e técnicos do governo sobre Lei de Responsabilidade Fiscal e administrações municipais que têm dado certo. Com o *Canal do Município*, os 5 mil prefeitos brasileiros terão acesso a informações valiosas para suas administrações, tudo difundido de forma simples e fácil de entender.



A TV Senado veicula na próxima sexta-feira o programa *Município Legal*, primeiro da série

Wilson critica postura do governo diante de greve

Para senador, ao recusar-se a negociar com professores universitários, Executivo deixa toda uma geração de estudantes à mercê da insegurança

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), afirmou que o governo federal impôs mais sofrimento às famílias que têm filhos nas universidades ou em idade de prestar exame vestibular ao recusar-se a negociar com os professores e funcionários das universidades federais, em greve desde o último dia 22 de agosto. "Com essa atitude, o governo deixa toda uma geração de estudantes à mercê da incerteza e da insegurança", disse.

Apenas em Pernambuco, segundo o senador, há 56 mil vestibulandos que concorrerem a 5.666 vagas distribuídas entre os 79 cursos das universidades Federal e Federal Rural.

— E se a suspensão dos vestibulares resulta em transtorno e so-



Para Carlos Wilson, governo é extremamente generoso com instituições financeiras

frimento, a perda de praticamente todo um semestre letivo, como está anunciado, representa um desperdício gigantesco para a nação — afirmou Carlos Wilson.

A pretensão dos funcionários e professores das universidades federais, informou, é a incorporação das gratificações ao salário e um reajuste de 75% correspondente a sete anos sem qualquer

aumento salarial.

— Como ocorre com o funcionalismo federal, os professores tiveram dois terços de seus salários corroídos pelo desgaste da moeda. Estão condenados a viver com menos de vinte e cinco por cento do que recebiam por seu trabalho há sete anos — explicou.

Carlos Wilson disse que, com o envio do projeto que reajusta em 34% a Gratificação de Estímulo à Docência, o Ministério da Educação estabeleceu um impasse para o movimento grevista.

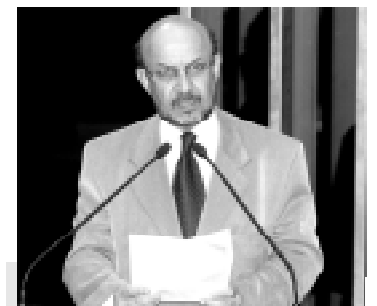
O senador disse, ainda, que o governo endurece com o funcionalismo e com os professores por conta de uma reivindicação que custaria R\$ 350 milhões aos cofres públicos, mas é "extremamente generoso no socorro a instituições financeiras como os bancos Marka e FonteCindam".

Santos quer Previdência como serviço essencial

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou projeto de lei incluindo a Previdência e Assistência Social na categoria de serviços essenciais para explicitar que, em caso de greve, esteja garantido o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá de-

cisão terminativa.

Na justificativa da proposta, o senador argumenta que a Previdência proporciona benefícios — diretamente ou por meio de convênios — que precisam ser reconhecidos como inadiáveis. Para Ricardo Santos, não se pode aceitar que, numa situação de greve de funcionários, o atendimento prestado diretamente à comuni-



Ricardo Santos argumenta que Previdência proporciona benefícios inadiáveis

dade possa ser suspenso, comprometendo a saúde e até a sobrevivência dos segurados.

Gilvam pede que Senado pague diferença salarial

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu ao primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), que a Mesa empreenda esforços necessários para pagar a diferença salarial decorrente da conversão dos salários para a Unidade Real de Valor (URV), em 1994, para os servidores da Casa. Ele pediu que Lobão leve o assunto ao presidente do Senado, Ramez Tebet, já que tem notado que os servidores estão abatidos pelo não-recebimento da dívida, já reconhecida pela Justiça.

Pleito de agrônomos do Incra tem apoio de Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ao governo federal que corrija uma injustiça cometida contra os engenheiros agrônomos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em recente medida provisória que reorganizou as carreiras da administração federal. O senador afirmou que eles "foram esquecidos" quando se criou a função de fiscal federal agropecuario.

Esta "situação constrangedora", conforme o senador, significa que os engenheiros agrônomos do Incra, exercendo as mesmas fun-

ções que seus colegas do Ministério da Agricultura, passaram a receber salários menores que os funcionários lotados no ministério.

— Cremos que a omissão só se justifica por um lapso dos responsáveis pela elaboração do texto — disse.

Mauro destacou o trabalho dos agrônomos do Incra na ocupação e colonização da Amazônia e no cadastramento de todos os imóveis rurais do país. Os engenheiros agrônomos do Incra estão em greve reivindicando sua equiparação aos colegas do Ministério da Agricultura.



Senado Federal

Concurso Público

Remuneração

R\$ 5.901,50

Cargos

Consultor Legislativo (25 vagas)

Consultor de Orçamentos (2 vagas)

Inscrições

19 a 30 de novembro de 2001

(exceto sábado, domingo e feriado)

Locais de inscrição: agências da CAIXA relacionadas no Anexo I do edital de abertura

Serão aceitas, também, inscrições por PROCURAÇÃO, via POSTAL e via INTERNET

Horário: de atendimento bancário

Locais de provas

Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP

É importante que os candidatos leiam atentamente o Edital n.º 1/2001 - SENADO, de 31 de outubro de 2001, publicado no *Diário Oficial da União* de 1.º de novembro de 2001, afixado nos quadros de avisos do CESPE, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Ala Norte do Instituto Central de Ciências (ICC), Asa Norte, Brasília/DF, e disponível na Internet, no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/senado

Informações: (61) 448-0100
www.cespe.unb.br

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRÁSÍLIA

Concurso público para consultor legislativo e de orçamentos

SITE OFICIAL DO CONCURSO

www.cespe.unb.br/senado

OUTROS PORTAIS DE ACESSO AO EDITAL COMPLETO

www.senado.gov.br e www.cilbsenado.gov.br/concurso.htm

REMUNERAÇÃO

R\$ 5.901,50 mensais

CARGA HORÁRIA

Quarenta horas semanais

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Diploma de curso de graduação plena (qualquer área de formação).

ÁREAS E VAGAS

Consultor Legislativo

Nº	Área	Vagas
1	Administração Pública	1
2	Comunicações e Ciência da Informação	1
3	Direito Civil, Processual Civil e Agrário	1
4	Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Partidário	1
5	Direito Econômico e Comercial	1
6	Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário	2
7	Direito do Trabalho e Previdenciário	1
8	Direito Tributário e Financeiro Público	1
9	Economia - Agricultura	1
10	Economia - Desenvolvimento Regional	1
11	Economia - Minas e Energia	1
12	Economia - Política Econômica	2
13	Economia - Sistema Financeiro e Dívida Pública	1
14	Economia do Trabalho e Previdência	1
15	Educação, Cultura e Desporto	1
16	Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia	1
17	Pronunciamentos	3
18	Relações Internacionais e Defesa Nacional	1
19	Saúde	1
20	Sistemas Políticos e Direitos da Cidadania	1
21	Transportes e Desenvolvimento Urbano	1

TOTAL 25

Consultor de Orçamentos

Duas vagas

Vagas para portadores de deficiência

Duas vagas, do total de vagas destinadas aos cargos/áreas

INSCRIÇÃO

Valor: R\$ 100,00

Via Caixa Econômica Federal, nas seguintes agências:

UF	Cidade	Agência	Endereço
DF	Brasília	Bernardo Sayão	CRS 304, bloco A, lojas 64/65, Asa Sul
DF	Brasília	José Seabra	SEPN 509, conjunto C, Asa Norte
DF	Brasília	Taguatinga	C 3, lote 10, Taguatinga
DF	Brasília	Dom Bosco	SEPN 513, lotes 4/5, lojas 6/10
DF	Brasília	UnB	Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC (mirhocão), Ala Sul
MG	Belo Horizonte	Savaas	Avenida Cristóvão Colombo, n.º 373, Funcionários
MG	Belo Horizonte	Tupinambá	Rua Tupinambá, n.º 462, Centro
MG	Belo Horizonte	Século	Rua Canjás, n.º 210, Centro
PA	Belém	Ório	Avenida Presidente Vargas, n.º 744, Comércio
PA	Belém	Vir-O-Riso	Avenida Presidente Vargas, n.º 170, Comercial
PA	Belém	Babeta Campos	Travessa Padre Eutíquio, n.º 2021, Babeta Campos
PE	Recife	Caix do Apolo	Caix do Apolo, n.º 421, Recife
PE	Recife	Av. Agamenon	Av. Agamenon Magalhães, n.º 2597, Boa Vista
RJ	Rio de Janeiro	Botafogo	Rua Voluntários da Pátria, n.º 216, Botafogo
RJ	Rio de Janeiro	Copacabana	Avenida Nossa Senhora Copacabana, n.º 861, Copacabana
RJ	Rio de Janeiro	Guanabara	Avenida Rio Branco, n.º 29, Centro
RJ	Rio de Janeiro	Almirante Tamandaré	Prça. Barão de Ladário, s/n.º, Centro
RJ	Rio de Janeiro	Avenida Chile	Avenida Chile, n.º 230, Térreo, Centro
RJ	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Avenida Rio Branco, n.º 125, Centro
RS	Porto Alegre	Osório Rocha	Avenida Osório Rocha, n.º 270, Centro
RS	Porto Alegre	Rua da Praia	Rua dos Andaraes, n.º 1507, Centro
RS	Porto Alegre	Prça da Alameda	Rua dos Andaraes, n.º 1000, Centro
SP	São Paulo	Avenida Paulista	Avenida Paulista, n.º 1842, Conquista César
SP	São Paulo	Bela Vista	Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, n.º 900, Bela Vista
SP	São Paulo	Brooklin	Rua Barão do Itanubá, n.º 491, Brooklin
SP	São Paulo	Granja Julieta	Rua Santo Amaro, n.º 7237, Granja Julieta

Via Postal

Formulário próprio anexo ao edital

Postagem por Sedex até o dia 30 de novembro

Via Internet

Das 10h do dia 19 de novembro às 20h do dia 2 de dezembro

Endereço: www.cespe.unb.br/senado

Formas de pagamento para inscrições via Internet:

a) por meio de débito em conta corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil

b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica

c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária

O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no

endereço eletrônico www.cespe.unb.br/senado

Por procuração

Documento de procuração (não é necessário reconhecer firma) e

cópia do documento de identidade do candidato

FORMALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Preenchimento do formulário

Pagamento da taxa

Apresentação de cópia legível, em bom estado e recente, de documento de identidade

Formalizar sua opção por apenas um dos cargos/área

DAIAS

Das inscrições

Via Caixa (horário bancário) e via postal: 19 a 30 de novembro

Via Internet: das 10h do dia 19 de novembro às 20h do dia 2 de dezembro

Das provas da primeira etapa (provas objetivas - dias 2 e 3 de fevereiro de 2002)

Parte I - 2 de fevereiro de 2002 (*Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais, Direito Constitucional e Direito Administrativo, Administração e Políticas Públicas, Raciocínio Lógico, Língua Inglesa*)

Parte II - 3 de fevereiro de 2002 (*Conhecimentos Específicos*)

Das provas da segunda etapa (provas discursivas)

Parte I - 9 de março de 2002 (*Dissertação, Resumo e Tradução do Inglês para o Português, Tradução do Espanhol para o Português*)

Parte II - 10 de março de 2002 (*Elaboração de dois discursos, para a Área de Pronunciamentos, e de um parecer e de uma questão discursiva, para as demais áreas*)

Da terceira etapa (avaliação de títulos) - data a ser fixada posteriormente

LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS

Primeira etapa

Belém

Belo Horizonte

Brasília

Porto Alegre

Recife

Rio de Janeiro

São Paulo

Segunda etapa

Brasília

Terceira etapa

Belém

Belo Horizonte

Brasília

Porto Alegre

Recife

Rio de Janeiro

São Paulo

Programas e demais informações

Ver edital

Diário Oficial da União, 3ª seção, dia 1º de novembro de 2001, págs. 105 a 115.

Simon defende candidatura própria do PMDB

Na opinião do senador, as eleições de 2002 serão a última oportunidade para que o partido confirme sua presença entre os maiores do país. Caso contrário – acredita – poderá se tornar “nanico”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu na sexta-feira o lançamento de um candidato de seu partido à Presidência da República. Após falar sobre o papel exercido pela agremiação na história recente do país, ele afirmou que as eleições de 2002 serão a última oportunidade para que o PMDB confirme sua presença entre os grandes partidos.

– Ou o PMDB lança candidato próprio, reiniciando uma etapa de fé e confiança, ou desaparece como grande partido e torna-se nanico – advertiu.

O senador reconheceu que seu partido não teve bom desempenho nas eleições presidenciais quando lançou Ulysses Guimarães e Orestes Quércia, em 1989 e 1994. Mas lembrou que, ao op-



Pedro Simon diz que partidos da base do governo poderiam ter candidatos próprios no primeiro turno

tar pelo lançamento de candidatos próprios, o PMDB conseguiu bons resultados nas eleições para a Câmara e o Senado.

Para Simon, os três maiores partidos da base de sustentação do governo – PMDB, PFL e PSDB – poderiam lançar candidatos próprios ao Planalto. “Para isso existe primeiro turno”, observou.

O senador lembrou que após a

rejeição da emenda constitucional que garantiria eleições diretas o PMDB lançou Tancredo Neves e conquistou o governo no Colégio Eleitoral, em 1985.

– Tancredo tinha uma proposta emocionante, mas adoeceu no dia da posse. As circunstâncias determinaram a posse de José Sarney, mas as relações dele com PMDB nunca foram muito amistos-

tas – observou, reconhecendo o direito de Sarney de apoiar agora a pré-candidatura ao Planalto de sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, do PFL.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu o apoio de Sarney à pré-candidatura de Roseana e lembrou o papel do PFL no movimento político que levou ao retorno da democracia no país.

Gilvam elogia Roseana e sugere aliança

Diante da ascensão da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apelou aos líderes nacionais de seu partido para que se reúnam e definam uma nova estratégia, a fim de que os partidos da base de sustentação do governo encontrem uma candidatura viável.

Ao elogiar as qualidades de Roseana, Gilvam disse que se preocupa com a possibilidade de que um governante chegue ao poder sem o apoio de uma aliança bem

construída. Para ele, PMDB, PFL e PSDB não podem escolher como candidato um bom administrador que não tenha a simpatia do povo.

– A aliança não pode tentar impor a candidatura do ministro José Serra (PSDB). Isso é um crime. Ele é conhecido por sua antipatia, que já inviabiliza qualquer diálogo. Temos condições de oferecer ao povo uma boa composição – disse, pedindo que o PMDB esteja atento à viabilidade da candidatura de Roseana.

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) disse que o candidato deve reunir competência e viabilidade



Gilvam Borges pede que o PMDB esteja atento à viabilidade da candidatura de Roseana

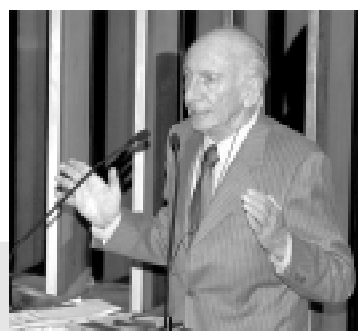
eleitoral. Ele observou que Roseana “tem condições de ganhar a eleição e governar o país”.

Lauro manifesta solidariedade a Brizola

O senador Lauro Campos (PDT-DF) manifestou na sexta-feira “solidariedade integral” ao presidente nacional de seu partido, Leonel Brizola, acusado, em reportagem da revista *Veja*, de ter aumentado seu patrimônio de modo suspeito nos últimos 20 anos.

– Acompanho a vida política de Brizola há mais de 40 anos e quero manifestar meu maior apreço e a mais irrestrita confiança em sua figura de homem público.

No mesmo pronunciamento, Lauro analisou a guerra comandada pelos Estados Unidos con-



Lauro: risco de novos ataques terroristas serve de pretexto para retirar conquistas e direitos

tra o terrorismo e criticou os métodos adotados. Para ele, a alta

burocracia americana, a mídia e as grandes corporações utilizam o risco de novos ataques terroristas como pretexto para retirar conquistas democráticas e direitos humanos que custaram “lutas e sacrifícios” ao povo.

Tanto a decisão de Bush de recorrer aos bombardeios quanto a política econômica do governo Fernando Henrique obedecem a uma mesma lógica, segundo Lauro: “O lucro e a valorização do capital, que se sobrepõem ao bem-estar e à própria sobrevivência de grupos humanos”.

Viana quer manter geração de energia elétrica no Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo na sexta-feira ao ministro de Minas e Energia, José Jorge, e ao presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, para que revejam a decisão de transferir a geração de energia do Acre para Rondônia. Ele explicou que a empresa está mediando a entrada de geradoras na região buscando a concentração de energia, não atendendo ao interesse estratégico dos estados, e alertou que isso poderá provocar crise social e desemprego em massa, deixando o Acre à margem do desenvolvimento.

Tião Viana informou que a bancada do Acre esteve reunida e propôs audiência com o ministro José Jorge e um debate sobre o assunto na Câmara dos Deputados. Segundo ele, a região herdou uma distribuição de energia muito rarefeita, e no momento está ocorrendo uma transformação do modelo, com a entrada de empresas e setores interessados na produção de energia para a Amazônia Ocidental.

O senador lembrou que o governo do Acre vem ponderando à Ele-



Tião Viana afirma que interesse estratégico dos estados não está sendo atendido

tronorte que não abra mão de o estado ter uma unidade de geração de energia, para não ficar na dependência de uma linha elétrica de Rondônia. Ele disse esperar que a medida tenha ocorrido apenas por erro estratégico da empresa, mas observou que o papel da Eletronorte não é o de agir a favor de interesses privados.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), afirmou, em aparte, que conhece o ministro e o presidente da Eletronorte e que duvida que eles tenham tomado uma atitude a favor de interesses privados.

Comissão analisa proposta para ampliar o uso de energia solar

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, às 14 h, para analisar parecer do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) favorável ao projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que determina aos municípios com população superior a 20 mil habitantes o estabelecimento de normas obrigando as edificações de uso coletivo – privadas e públicas – a utilizar energia solar como fonte de aquecimento em suas instalações hidráulicas.

Baseado em dados de técnicos do setor energético, Ademir informou, na justificativa do seu projeto, que os chuveiros elétricos residenciais são responsáveis por 33% do consumo de uma casa e por 9% do consumo nacional de energia elétrica.

Outra matéria na pauta da comissão, presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), é o parecer do senador Paulo Hartung (PSB-ES)

pela aprovação do projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que inclui no Plano Nacional de Viação a construção de uma rodovia no Espírito Santo, ligando o porto de Capuaba à BR-262.

Também deverá ser analisado na reunião da CI requerimento do senador Paulo Hartung para que sejam prestados esclarecimentos sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos da implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés, no estado do Espírito Santo, especialmente no município Baixo Guandu. Ele quer que sejam convidados o diretor-geral da Aneel, José Mário Abdo; o presidente do Ibama, Hamilton Nobre Casara; o presidente da Cemig, Djalma Bastos Moraes; e o prefeito de Baixo Guandu, José Francisco de Barros, ou o presidente da Câmara de Vereadores do município, José de Barros Neto.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Lauro Campos e Gilvam Borges